



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

AUDITÓRIO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, BRASÍLIA, DF,

25 DE AGOSTO DE 1998

Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhor Ministro Paulo Paiva; Senhores Ministros que aqui se encontram; Senhores Gerentes; Senhoras Gerentes; Senhores e Senhoras,

Realmente me dá satisfação, Senhor Ministro, ter podido assistir, hoje, a esse vídeo e ver a exposição de Vossa Excelência, porque isso reafirma o que tenho dito pelo Brasil afora, e digo há muito tempo: que o nosso país tem rumo.

No início, muita gente tateava e achava que o Governo ia fazer – se é que faria – a consolidação do Real, não haveria a inflação, mas mais nada. Pois bem, o “nada” é isso que nós vimos aí. E o que nós vimos aí é muito pouco, perto do que se está fazendo, porque aí muitas das obras não foram vistas, das que estão sendo feitas e não estão dentro do programa Brasil em Ação, mas que são, algumas delas, de importância equivalente às obras assinaladas no Brasil em Ação.

Isso foi fruto, como já o Ministro salientou, de um esforço de coordenação. Quero lhes dizer que o primeiro PPA – Plano Plurianual, no qual nós inscrevemos essas obras, foi feito quando era Ministro do

Planejamento o José Serra, que hoje está no Ministério da Saúde. Em seguida, o Ministro Kandir desenhou o programa mais especificamente do gerenciamento. E, agora, o Ministro Paulo Paiva dá continuidade a ele.

Só isso, ao mencionar que, a despeito das mudanças dos titulares das pastas, as obras continuam e o espírito é o mesmo, já mostra que nós estamos trabalhando, efetivamente, de uma outra maneira no Brasil. Uma maneira que não obedece aos caprichos nem do Presidente, isoladamente, nem de cada ministro. Há uma visão que integra o Brasil, também, no seu contexto regional e com vistas à sua integração na economia internacional.

O Ministro Paulo Paiva mencionou o fato de que houve momentos específicos em que a administração brasileira conseguiu planejar. Pois bem, no início do Governo, em 95, e mesmo na passagem de 94 para 95, a equipe que discutia comigo o que fazer discutiu muito a respeito dos instrumentos que nós iríamos colocar – instrumentos institucionais – em marcha, para viabilizar um programa de transformação do Brasil.

E a nossa decisão foi a de, ao invés de fazermos algo paralelo aos órgãos da administração brasileira, fazermos as transformações por dentro dos órgãos da administração brasileira. A comparação era óbvia, porque tinha sido feito aquele esforço naquele momento de extraordinário desenvolvimento, que foi o período do Presidente Juscelino Kubitschek, quando houve a necessidade da criação de grupos de trabalho e de instituições paralelas, porque a administração não tinha a densidade técnico-burocrática suficiente para implantar os projetos de que o Brasil necessitava.

Quando já havia, portanto, uma visão do Brasil em que as instituições se prepararam para permitir que essas visões tivessem substância e pudessem ser levadas à prática, não havia sentido fazer algo paralelo. Pelo contrário, o esforço foi o de colocarmos dentro do Orçamento os objetivos nacionais, de viabilizarmos os recursos, com a aprovação do Congresso, e de criarmos, dentro do Governo, sistemas de comunicação entre os vários Ministérios, de coordenação de suas atividades e, finalmente, de gerenciamento mais moderno, mais próximo das obras, e assim por diante.

Disse o Ministro – e é verdade – que, ainda ontem, aqui neste mesmo Ministério, eu assisti ao chamado Projeto Asa Branca, que é o acompanhamento do que ocorre, nas zonas das secas, com os programas de assistência aos flagelados pelos efeitos negativos da seca, como é que nós estamos monitorando isso.

Pois bem, da mesma forma, esse conjunto de projetos tem sido monitorado de uma maneira muito dinâmica, muito eficiente. Sobretudo, existe uma continuidade nos recursos. E tudo isso, que pode parecer muito simples, é extremamente difícil de se fazer, num país onde ainda nós não dispomos de todas as condições técnico-burocráticas – e políticas, muitas vezes – para que se possa, realmente, entender o esforço que está sendo feito.

Não me cabe repetir o que já foi dito aqui, o número de empreendimentos que foi possível concretizar. Foram muitos os que avançaram. Alguns, como já foi também mencionado, superaram mesmo, no tempo e, às vezes, no resultado físico, aquilo que se esperava.

Por outro lado, a insistência, já sublinhada também, na concepção de que desenvolvimento integrado e sustentável não se faz apenas com obras físicas, mas com programas sociais, que estão aqui, dentro desse mesmo contexto. O Brasil em Ação não é um conjunto de obras, é um conjunto de projetos, que inclui, também, projetos e programas na área social. Alguns deles de alcance óbvio, como o relativo à centralização de recursos nas escolas, ou seja, dar dinheiro diretamente para as escolas, a educação à distância, os agentes comunitários de saúde, os programas de médico de família e assim por diante, que têm um significado enorme na mudança da qualidade de vida e mesmo da sociabilidade no Brasil.

Pois bem, isso, claro, permitiu que nós estabelecêssemos prioridades, que nós mantivêssemos os recursos financeiros. E nós, claro, apelamos à capacidade empreendedora, fizemos tudo isso em parceria. Seria impossível para o Estado brasileiro financiar o que tem sido mencionado. Impossível. Mesmo do nível de 32 bilhões de reais de investimento anual nós não dispomos. Na parte relativa a investimentos novos e mesmo de continuidade, de manutenção de investimentos, nós não dispomos dessa quantia, nem de longe, nem de longe. Isso só se viabili-

za, porque há toda essa concepção de parcerias. Nós buscamos financiamentos externos, nós fazemos parcerias com a iniciativa privada, nós motivamos os empresários a que eles realmente entrem também nesse mesmo esforço de desenvolvimento. E os investimentos estatais são investimentos de disseminação, apenas para mostrar que ali há, realmente, o interesse do Governo e que é possível, portanto, seguir adiante. Na medida em que o Governo tenha credibilidade, o setor privado se junta nesses empreendimentos. É dessa maneira que eles avançam.

Portanto, eu queria também reforçar o agradecimento que o Ministro Paulo Paiva fez aos gerentes e à quantidade imensa de pessoas dentro do Governo que está motivada nessa nova forma de gerenciar os recursos públicos. Esses agradecimentos passam também pelos ministros mencionados, pelo Ministro Paulo Paiva, que, neste momento, é o responsável pela área, e pelos demais ministros que estão cooperando nesses vários programas, que se estendem até o setor privado, que acreditou no que o Governo disse que aconteceria e se juntou ao Governo nessa matéria.

Isso está permitindo ao Brasil ter uma visão estratégica de desenvolvimento. Não se trata, simplesmente, de metas quantificáveis – e algumas existem. Mas é mais do que isso. Nós temos uma visão estratégica do desenvolvimento brasileiro. Apieda-me ver tantos comentários, tantas pessoas dizendo: “O Brasil não tem rumo, não tem política industrial, não tem uma política de desenvolvimento, não se preocupam...” Meu Deus! É porque não estão percebendo que está acontecendo uma verdadeira transformação, inclusive em termos do que é desenvolvimento e de como se faz desenvolvimento, nessa visão estratégica do desenvolvimento. Acho que isso torna a economia brasileira mais eficiente, mais competitiva, atrai investimentos e integra o País, internamente e na América do Sul.

Na definição dos eixos de desenvolvimento, já existia uma visão estratégica. Eu devo dizer que ela foi assinalada com muita força pelo Doutor Eliezer Batista, que foi um dos promotores dessa idéia, que implica uma mudança também estratégica na concepção do investimento. Por quê? Porque, ao invés de se pensar em pólos de crescimento,

pensa-se em corredores, em eixos de desenvolvimento. E esses eixos têm uma ligação interna e externa. Imagina-se – e isso está acontecendo – que, ao redor desses eixos, uma quantidade imensa de outras atividades vão se juntar, e nós vamos, realmente, adensar a infra-estrutura e as bases sociais, para que o crescimento seja sustentável no Brasil.

Bom, o que nós estamos mostrando agora é uma etapa intermediária entre os 42 projetos já mencionados e o que virá do ano 2000 em diante, porque o BNDES fez uma licitação e há muitas consultorias que estão estudando, em bases racionais, e analisando, em conjunto com a sociedade, quais são os projetos que podem dar continuidade a esse mesmo espírito. Não se trata de nós, aqui, burocraticamente, nos juntarmos ou, então, numa política, digamos, regional ou de clientela, para atender tal e tal pressão. Não, não. Aqui, como nós fizemos, nós nos antecipamos à existência de pressões, que podem ser legítimas, mas isso não importa. A concepção é outra, estrategicamente. Nós não vamos reagir a uma pressão. Nós vamos propor ao País um modo de transformação.

Pois bem, o BNDES está, agora, avaliando, com esses consultores, para que nós possamos dar um passo. Esse “nós” não sou eu. Eventualmente, posso não ser reeleito Presidente da República. Quando o Brasil tiver, como tem, consciência do que é necessário, esses programas vão se impor, seja quem venha a estar no exercício da função. Como mostrei que os ministros mudam e o caminho não muda, quando o Brasil for, realmente, como está sendo, cada vez mais maduro, isso vai continuar, independentemente de quem esteja exercendo a Presidência, porque as forças da sociedade estarão dispostas de modo tal e sustentando de modo tal um projeto, que esse projeto terá viabilidade.

Entre os 42 projetos iniciais e os futuros que virão depois desses estudos serem realmente avaliados, nós temos, aí, um hiato. E é esse hiato que está sendo preenchido agora por esses 18 novos programas e projetos. Alguns deles já estarão contemplados no orçamento que será enviado ao Congresso, agora, neste mês, para o próximo ano. Estamos dando um espaço para o ano subsequente. E esses projetos novos vão, digamos, permitir a continuidade nessa mesma visão.

Aqui, temos este mapa – não sei se vai ser possível ver com muita clareza, mas imagino que sim. Vamos começar pela Região Norte. Nós vamos fazer a pavimentação da BR-156. A BR-156 está lá em cima. Esse é um compromisso antigo do Brasil. É a ligação entre Macapá e a Guiana. É a ligação do Brasil com Guiana Francesa. Estive lá, na fronteira, e fui à Guiana Francesa encontrar-me com o Presidente da França. Existem muitos projetos de integração nesta área. É uma região do Brasil que tem sido pouco, digamos, sustentada em termos de infra-estrutura. É uma região que necessita de uma complementação. E nós estamos, então, prevendo a possibilidade dessa BR-156, que vai conectar, portanto, o Brasil com a Guiana Francesa. Devo dizer que se vê, portanto, que nós continuamos na mesma trilha de integração do Brasil à América do Sul.

Depois, nós temos a BR-317, que vai conectar o Acre à Bolívia, Rio Branco à Bolívia. Com relação ao Acre, convém dizer que, sem constar no Brasil em Ação, há um outro programa do Governo, muito importante. Pela primeira vez, nós estamos, realmente, pavimentando estradas no Acre. O Acre era um estado não só desconectado por via rodoviária, como os rios não corriam de forma favorável. Então, o Acre era um estado muito isolado. Agora, não só nós estamos fazendo essa pavimentação, como existe uma ligação interna, aqui no Acre, que está viabilizando – a BR-364, eu suponho – a ligação até Cruzeiro do Sul.

Bem, nós vamos fazer também a 230. A 230 é esta aqui. Ela liga Marabá a Altamira e vai se conectar com uma estrada que já existe, que é a Transamazônica, que nós estamos, também, revitalizando. Não consta aí, mas é uma estrada também importante.

Ainda na Região Norte, nós estamos fazendo um projeto de biotecnologia na Amazônia, para ampliar as oportunidades de desenvolvimento desta região. Nós temos, realmente, na Amazônia, uma riqueza extraordinária em termos de biodiversidade. São 60 milhões de reais para isso. E, simultaneamente, temos o Proecotur, que é um programa de desenvolvimento de turismo na Amazônia Legal. Esses são os projetos que, nessa etapa intermediária, nós estamos fazendo, para continuar o avanço nessa direção.

No que diz respeito ao Nordeste – bom, o Nordeste está sofrendo uma modificação muito grande –, ele está crescendo a uma taxa maior do que as taxas do Brasil. Nós temos uns projetos importantes – aqui estão os Ministros – na área da agricultura, da citricultura, da irrigação, de combinação da irrigação com a citricultura. Aqui, não foi possível mostrar alguma coisa do porto de Suape. Além de Suape, lá está, no Ceará, o porto de Pecém. Não está no Brasil em Ação, mas há investimentos importantes em vários portos, como o porto de Recife, o porto de Cabedelo e vários portos mais da região nordestina, para que nós possamos, realmente, fazer com que esse desenvolvimento, que já existe e que, repito, se dá a taxas mais elevadas que a taxa do Brasil, tenha continuidade.

Nesse programa, agora, além dos pólos de desenvolvimento regional integrados, que aqui estão marcados, que são cerca de 11 pólos que implicam o que eu disse, além do Prodetur – nós estamos estudando a segunda fase do Prodetur, que teve um êxito muito grande, depois de ter estado parado muito tempo, por falta de contrapartida. O BNDES resolveu a questão da contrapartida. Então, nós, hoje, temos um pólo turístico no Nordeste bastante importante. Estamos renegociando com o BID mais recursos para a questão do turismo – além disso, nós estamos respondendo a um sonho antigo, como eu mencionei ontem, lá do Nordeste, que é a Ferrovia Transnordestina. Já existe de Salgueiro, que aqui está, até Suape, corre a estrada de ferro, mas ela não se ligava a Petrolina e a Juazeiro, na Bahia, que é um eixo importante, porque, aí, nós temos obras de irrigação, obras de citricultura. Nós, na Bahia, na região de salitre, também estamos expandindo as áreas de irrigação. Para que possamos viabilizar um transporte melhor, nós estamos fazendo este trecho, pela iniciativa privada, porque a Transnordestina, hoje, está em mãos da iniciativa privada, mas houve um compromisso com o BNDES. Sempre há o financiamento público do BNDES e do Finor também. Dessa maneira estamos, agora, começando essa ferrovia Transnordestina.

Estamos, aqui, já no Brasil em Ação, chegando até Missão Velha, que é lá no Ceará. Então, esta perna, aqui, vai permitir, realmente, uma

integração ferroviária do Nordeste. Isso é sonho do tempo de Dom Pedro II. Eu vou falar dela. Mas, enfim, o Vice-Presidente, quando se trata do Nordeste, é o mais atento de todos nós.

Efetivamente, como nós temos, aqui, esta hidrovía do São Francisco, então, aqui se faz a conexão em Petrolina, que permite ligar-se com Salgueiro. Então, toda a produção que vem por aqui passará para a ferrovia e pode sair pelo porto de Suape.

Eu não mencionei, não está aí, mas nós temos uma quantidade imensa de obras hídricas no Nordeste. Lembra o Ministro Krause que é, realmente, bastante volumosa a quantidade de obras hídricas em marcha. Só aqui, no Ceará, nós temos, na região do Jaguaribe, agora, um enorme açude, que é o Castanhão. Mas esse é um entre os muitos que nós temos nesta região: em Pernambuco, em Belo Jardim, em Jucazinho, em Serra Talhada, em Serrinha. Enfim, muitas obras dessa natureza – e também na Paraíba – não estão aqui, porque são de outros programas. Com este aqui nós estamos apenas complementando alguns programas. É por isso que eu disse que o Brasil em Ação ilumina apenas uma parte da atividade de investimento do Brasil.

Há muitos outros programas em marcha, como a Adução de Cabugi, no Rio Grande do Norte. Lá tem outro nome. Chama-se Água Andando. Ninguém nem sabe que é federal. Mas é. E assim é em cada estado. Por exemplo, na Bahia, o Habitar Brasil chama-se Morar Feliz, não é isso? E por aí vai. Eles vão dando nomes locais. O programa para tirar a criança do trabalho penoso, no Nordeste, chama-se Mão Amiga. Vão mudando os nomes. Isso não tem a menor importância. Põem nome à vontade. O que importa é que o Brasil está mudando, está avançando e está avançando para valer.

Pois bem, nessa extensão do Brasil em Ação, nós estamos pensando, também, nos gasodutos que vão interligar o Nordeste. Na prática, isto vai ser tudo interligado. Continuando – aqui está se vendo –, uma parte vai do Rio Grande do Norte até o Ceará e aqui uma ligação de Alagoas até Cabo, em Pernambuco. São as ligações do sistema de gás.

Bom, eu creio que isto já dá uma idéia do nosso empenho, nesta região do Nordeste: a inovação tecnológica na agropecuária do Nordes-

te, a bacia leiteira de Alagoas, o programa de irrigação, etc. são outros programas que não estão aqui mostrados, mas estão em marcha.

No que diz respeito ao Sudeste, que é uma área de importância extraordinária para o que nós já mencionamos, de integração competitiva, o que este programa, esta fase nova do Brasil em Ação acrescenta ao que eu já estava fazendo, é este Complexo Cabiúnas. Isto aqui é uma ligação de gás, que vai do Rio até Vitória.

Nós, aqui, temos uma demanda, no Espírito Santo, importante, de ferrovia. Nós temos, aí, mais um pólo de desenvolvimento muito grande. E essa integração do Rio de Janeiro com o Espírito Santo é importante. Este programa do Complexo de Cabiúnas terá um efeito muito grande e vai, finalmente, ter uma ação sobre o Rio de Janeiro. Já se falou bastante de modernização do porto de Sepetiba, do Teleporto, mas isso já estava no Brasil em Ação.

Acrescenta-se o Rodoanel, no trecho oeste. Isto é uma obra da maior importância, porque pega um conglomerado de mais de 20 milhões de pessoas e trata do transporte que está sufocando a Grande São Paulo. Isso barateia enormemente o custo de transporte de mercadorias e desafoga, também, a possibilidade das populações que vivem nesta região, em termos de tráfego. É uma obra bastante cara, como sempre são as obras em grandes cidades. Mas a verdade é que elas são essenciais e elas estão aqui. Enfim, já está em marcha e vai entrar, também, no Brasil em Ação.

No que diz respeito ao Centro-Oeste, nós temos a duplicação da BR-153 e da 365. Isto, na verdade, tem uma perna que passa por Goiânia, passa pelo Triângulo Mineiro e permite uma ligação mais eficaz de São Paulo até Brasília, em pista dupla. Bom, não tem a mesma extensão da Fernão Dias, porque a Fernão Dias vai de Belo Horizonte a São Paulo e, depois pela BR-116 e BR-101, vai até Porto Alegre, aqui. Uma perna vai, na 290, para Uruguaiana e outra perna vai – é a 101 também – até o Uruguai, até o Chuí. É imensa esta obra. A de que nós estamos falando aqui não é tão grande quanto esta, mas é de uma importância estratégica para o Centro-Oeste brasileiro e para a sua integração também com o Sul. Aqui já se viu que, nesta região, se junta com a Ferronorte aquela ponte extraordinária que se está fazendo, que vai avançar bastante.

A 364 continua. A 364 é esta estrada imensa, aqui, que é muito importante como eixo central rodoviário, que pega toda a região do Centro-Oeste do Brasil. Bom, é claro que – já foi mostrado aqui também – através da hidrovia do Madeira, é possível exportar, sobretudo, o que é plantado aqui em Parecis, é possível sair por aqui, mas continua sendo este eixo, a 364, fundamental, que vai permitir, depois – e aqui tem uma hidrovia, a hidrovia Tietê-Paraná – baratear a saída, seja por Santos, seja por Sepetiba, seja até por Paranaguá e por aí vai. Então, vai ser feita a duplicação da BR-153 e vai ser feita a pavimentação da 364.

E aqui temos um programa de desenvolvimento sustentável do Pantanal. Esse programa foi federalizado. Esse vai ser totalmente às expensas do Tesouro Nacional. Por quê? Porque nós temos que preservar o Pantanal. E o desenvolvimento sustentado do Pantanal significa saneamento básico. É essa a questão central. Então as populações que aí vivem serão diretamente beneficiadas, ao mesmo tempo em que evita a poluição do Pantanal que, em termos de ecoturismo e até de biodiversidade e de riqueza, enfim, do Brasil, é uma coisa extraordinária, assim como a Amazônia e outras áreas desse porte têm que ser sustentadas, têm que ser mantidas. Então nós vamos dar prioridade a esse programa do desenvolvimento sustentado do Pantanal.

Eu já mostrei quais são as obras que estão aqui, no Sul. Claro que nós vamos continuar a adequação do porto do Rio Grande. Já se fez muito no porto do Rio Grande. Já houve uma transformação bastante importante, uma redução de custos extremamente significativa no porto do Rio Grande, que tem facilitado muito a nossa retomada de exportações.

Agora, toda esta região aqui, do Rio Grande – esta aqui é chamada de metade sul do Rio Grande – foi uma região que sofreu muito, primeiro pelas transformações do sistema produtivo, da pecuária e do arroz, sobretudo no caso desta região mais para cá, que sofre competição do Uruguai, da Argentina e do Tocantins. E da carne, também, setor para o qual tivemos que reativar uma série de abatedouros, para poder dar bastante mais força a essa região. E, agora, nós estamos fazendo ligação de gás da Argentina para cá, via Uruguiana. Eventualmente, mais tarde, por aqui também.

Bom, essas estradas são muito importantes para a valorização da metade sul. E existe um programa especial, que não é o Brasil em Ação, é outro programa, que também tem recursos do BNDES, de integração da metade sul. Temos lá toda uma focalização importante na metade sul do Rio Grande.

Falta ainda lhes dizer que, se nós formos falar da parte de energia, geração de energia e transmissão de energia, é muita coisa que está sendo feita. E aqui, nesse programa, nós estamos aqui... Onde é que está a energia? É este aqui. É o vermelho, não é? Não, o verde. Isto aqui é a duplicação do Linhão do Tucuruí, já está feito. Eu mesmo já fui lá, até Altamira. Falta fazer, agora, um pedacinho que vai para Santarém, vai seguir para Itaituba e para cá, para cima, lá para Cametá, se eu não estou errado, Ministro.

Então, nisto aí nós estamos avançando. Agora nós estamos fazendo a interligação, que é muito importante – aqui está – de todo o sistema elétrico brasileiro. E nós estamos inaugurando, aqui mesmo em Goiás, Tocantins, Serra da Mesa. Mais em baixo, em Goiás, Corumbá, e por aí vai. Nós estamos acrescentando mais energia. Agora, esta interligação do sistema elétrico é muito importante, assim como nós fizemos, também, o sistema de transmissão associado a Xingó, e vamos continuar fazendo esse sistema de transmissão associado a Xingó.

Diga-se de passagem que, das seis máquinas geradoras, turbinas, de Xingó, cinco foram feitas neste governo, pelo programa Brasil em Ação. São 6 mil kWA. Dois mil e quinhentos megawatts agora, mais 500 que havia, são 3 mil megawatts. Isso tudo, também, em termos de transmissão de energia elétrica, é muita coisa. Transmissão de gás, energia elétrica, geração de novas usinas, e assim por diante, tudo mostra, portanto, que existe, realmente, uma vontade de avançar muito grande no País.

Eu não quero abusar da paciência dos senhores e das senhoras. Queria apenas dar uma idéia rápida do que é que nós estamos propondo ao Congresso, enquanto vamos terminando o Brasil em Ação número um e não se tem, ainda, a nova etapa do Brasil em Ação, que só começa no ano 2000, de quais são as obras intermediárias que, com um efeito

multiplicador sobre as que já estão em marcha, vão preparando o terreno para as obras futuras de transformação do Brasil.

É isso. Eu queria terminar felicitando os que estão envolvidos nesses múltiplos projetos e dizendo, realmente, da minha imensa alegria em ver que as coisas estão marchando.

Não é a primeira vez que fazemos uma reunião desse tipo. Em cada ano fizemos uma. Esta é a terceira reunião. E, se as coisas correrem bem, continuaremos fazendo reuniões. E, se dermos balanço, eu espero que sejam todos eles positivos, no futuro.

Muito obrigado.